



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE EXCEPCIONAL E TRANSITÓRIA DE SERVIÇO NA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, torna pública a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para atender às necessidades da SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, no art. 27, inciso IX, da Constituição Estadual e no art. 2º, inciso IV, alínea “d” da Lei Estadual nº 4.135, de 15 de dezembro de 2011, e nos termos do plano de trabalho, parecer e da decisão constantes do Processo Administrativo PGJ/10/3416/2012.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e coordenado pela Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.

1.2 - A realização do Processo Seletivo Simplificado será de responsabilidade da Comissão Realizadora do Processo Seletivo designada por ato do Procurador-Geral de Justiça.



1.3 - Será de responsabilidade da Comissão Realizadora do Processo Seletivo, de que trata o item anterior, a divulgação no portal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na rede mundial de computadores (www.mp.ms.gov.br) e no Diário Oficial do Ministério Público de todas as fases do processo.

1.4 - A seleção de que trata este Edital será realizada mediante análise curricular (1ª fase), prova escrita e prática (2ª fase) e entrevista (3ª fase).

1.5 - O número de vagas, a carga horária semanal de trabalho, a remuneração e os requisitos mínimos da função são aqueles informados no Anexo I deste Edital.

1.6 - Este Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento das vagas previstas no presente Edital.

1.7 – O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de um ano, contado da data em que for publicado o resultado final, prorrogável por mais um ano.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 – São condições imprescindíveis à participação dos candidatos:

a) O envio da ficha de inscrição, no prazo estipulado neste Edital, acompanhada de “*curriculum vitae*” instruído com documentos comprobatórios dos títulos e experiências mencionados, para o setor de protocolo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de



Mato Grosso do Sul, com endereço na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, CEP 79031-907 Campo Grande/MS, no prazo que consta no cronograma (Anexo II) correspondente ao período de inscrições;

b) Atender aos requisitos legais de acesso à vaga para a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

2.2 - Os títulos e experiências que, embora mencionados no currículo, não tenham sido devidamente comprovados por documento hábil, serão desconsiderados pela Comissão Realizadora do Processo Seletivo por ocasião da contagem de pontos na fase de análise curricular.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser encaminhadas ao setor de protocolo da Procuradoria-Geral de Justiça, no endereço referido no item 2.1, “a”, no período de **28/01/2013** a **08/02/2013**.

3.2 - Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição.

3.3 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Realizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado o candidato que fornecer dados inverídicos, sem prejuízo do encaminhamento das medidas cíveis, administrativas e criminais cabíveis.



3.4 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

4 - DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NEGROS E ÍNDIOS

4.1 - Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência que apresente seja compatível com as atribuições da função temporária.

4.2 - Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004.

4.3 - As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, reservando-se a eles uma das vagas disponibilizadas pelo presente Edital.

4.4 - Nos termos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004,o



candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá comunicá-la, especificando-a na Ficha de Inscrição, e deverá anexar à sua Ficha de Inscrição, além do respectivo currículo, o Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do candidato, o documento de identidade e o número do CPF;

4.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua condição.

4.6 - Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não for constatada em perícia oficial, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral final.

4.7 - A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito de ser contratado para a vaga reservada a Pessoas com Deficiência.

4.8 - O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado e não será devolvido.



4.9 - Após a investidura no candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, licença ou benefícios previdenciários.

4.10 - Aos candidatos que, no momento da inscrição, se declararem negros ou índios, será reservada uma das vagas oferecidas, em observância à Lei n. 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei n. 3.939, de 21 de julho de 2010 e Decreto n. 13.141, de 31 de março de 2011.

4.11 - Para concorrer ao programa de reserva de vagas para negros e índios, o candidato deverá manifestar, em campo específico do formulário de inscrição, o desejo de participar do certame nessa condição.

4.11.1 - A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas, caso não opte pela reserva de vagas.

4.12 - Somente será considerado negro ou indígena o candidato que, além de assim se declarar no momento da inscrição, conforme item 4.11 deste edital, receber parecer conclusivo favorável a essa declaração, por Junta Especial designada pela comissão Realizadora do Processo Seletivo Simplificado.

4.13.1 – A Junta Especial verificará, mediante processo de entrevista, a veracidade da declaração firmada pelo candidato.



4.14 - A publicação de todos os resultados do Processo Seletivo Simplificado será feita em 02 (duas) listas, a primeira contendo a classificação de todos os candidatos, incluídas as Pessoas com Deficiência, Negros e Índios e, a segunda, somente com a classificação destes últimos.

4.15 - Após publicação da lista de classificação, o candidato aprovado como Pessoa com Deficiência será convocado, de acordo com o número de vagas, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função temporária.

4.16 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às Pessoas com Deficiência, Negros e Índios, elas serão preenchidas por candidatos constantes da relação geral de aprovados, com estrita observância da ordem de classificação final.

5 - ANÁLISE CURRICULAR - ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA (PRIMEIRA FASE)

5.1 - A análise curricular será realizada pela Comissão Realizadora do Processo Seletivo a que se refere item 1.2.

5.2 - Na análise curricular será verificado se o candidato satisfaz as condições de participação no processo seletivo.

5.3 - A análise curricular será procedida pela contagem de pontos apurados conforme disposto no quadro de critérios a seguir descrito.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Item	Título/Experiência	Quantidade Máxima de títulos	Pontos por título	Pontuação Máxima
A	Diploma/ certificado ou atestado de conclusão de curso do Ensino Superior completo na área de Informática	02	4,0	8,0
B	Especialização em Nível de Pós Graduação na área de Informática, com carga horária mínima de 360 horas.	02	2,0	4,0
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em Informática ou Tecnologia da Informação, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação	01	2,0	2,0
D	Cursos nas áreas de linguagem de programação PHP ou Java, bancos de dados relacional (PostgreSQL), programação orientada a objetos e linguagem procedural SQL, com duração igual ou superior a 120 horas	04	1,0	4,0
E	Cursos nas áreas de linguagem de programação PHP ou Java, bancos de dados relacional (PostgreSQL), programação orientada a objetos e linguagem procedural SQL,	04	0,5	2,0



	com duração inferior a 120 horas e superior a 60 horas			
F	Experiência profissional comprovada na área de programação e desenvolvimento de sistemas e aplicativos	04	1,0 (Por Ano completo de serviço)	4,0
G	Docente ou Palestrante em seminários, congressos, cursos e afins na área de Informática; Apresentação de trabalhos em Congressos, seminários e afins e/ou publicação de artigos /ou textos na área de Informática; Participação em cursos de atualização ou extensão na área de Informática	02	0,5	1,0
	TOTAL			25

5.4 – Serão considerados aprovados na análise curricular (1ª fase) os 26 (vinte e seis) primeiros colocados, considerada a pontuação obtida conforme tabela estipulada no item 5.3, aplicando-se, em caso de empate, os seguintes critérios de desempate: 1º - maior pontuação no item B, 2º - maior pontuação no item A, 3º - maior pontuação no item F, 4º - maior pontuação no item C, 5º - maior pontuação no item D, 6º - maior pontuação no item E, 7º - maior pontuação no item G, 8º - maior idade.

5.5 - Os candidatos classificados na análise curricular (1ª fase) serão convocados para prova escrita e prática (2ª Fase), mediante



publicação no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no Diário Oficial do Ministério Público.

6 - PROVA ESCRITA E PRÁTICA – ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA (2ª FASE)

6.1 - A prova escrita e prática será exclusivamente para candidatos pré-selecionados na 1ª fase.

6.2 - A prova escrita e prática consistirá em avaliação de conhecimentos na área de informática, conforme conteúdos do Anexo III, composta de 05 (cinco) questões escritas no valor de 2,0 (dois) pontos cada questão e 02 (duas) atividades práticas no valor de 5,0 (cinco) pontos, totalizando 20 pontos.

6.3 - A prova escrita e prática terá duração de 02 (duas) horas e será realizada nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça.

6.4 - As notas obtidas pelos candidatos na prova escrita e prática (2ª Fase) serão divulgadas mediante publicação no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no Diário Oficial do Ministério Público.

6.5 - Serão considerados eliminados os candidatos que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete).

7 - ENTREVISTA - CLASSIFICATÓRIA (3ª FASE)



7.1 - A Entrevista, exclusivamente para os candidatos pré-selecionados na 1ª fase, será realizada por ordem de classificação na Prova Escrita (2ª Fase).

7.2 - Os classificados para a entrevista (3ª fase) serão convocados mediante publicação no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no Diário Oficial do Ministério Público.

7.3 - Para a Entrevista será atribuída uma pontuação máxima de 10 (dez) pontos e consistirá na atribuição de pontuação conforme tabela a seguir:

Atribuição de Pontos para Entrevista	
Critérios	Pontuação (Pontuação máx: 10 pontos)
Perfil:	2,5
Desenvoltura:	2,5
Aptidão:	2,5
Domínio de procedimentos de programação	2,5
Total	10

8 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 - A pontuação, para fins de classificação final, será obtida a partir da aplicação da fórmula abaixo:

$$Pf = Pac + Ppep + Pe$$

onde:



Pf = Pontuação final

Pac = Pontuação Análise Curricular

Ppep = Pontuação Prova Escrita e Prática

Pe = Pontuação da Entrevista

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1 - Como critérios para desempate na classificação final serão considerados:

a) Candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada na área de programação e desenvolvimento de sistemas e aplicativos;

b) Maior idade.

10 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

10.1 - A Comissão Realizadora do Processo Seletivo Simplificado encaminhará ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 15 (quinze), dias a contar do encerramento da fase da entrevista (3ª fase), a classificação final dos candidatos para fins de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, por ato do Procurador-Geral de Justiça.



10.2 - A divulgação da classificação final dos candidatos, depois de homologada, será disponibilizada no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no Diário Oficial do Ministério Público.

10.3 - A convocação para contratação obedecerá a ordem de classificação final dos candidatos.

10.4 - A convocação para contratação dar-se-á por meio de publicação no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e no Diário Oficial do Ministério Público.

10.5 - O candidato que, no prazo de 2 (dias) dias úteis, não atender a convocação de que trata o item anterior será considerado desistente.

11 - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

11.1 - O prazo do contrato de trabalho será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, caso haja necessidade justificada de continuação serviço.

11.2 - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital será investido na função temporária se atender as seguintes condições pessoais:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, apresentar comprovante de permanência definitiva no Brasil;



- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;
- c) Não ter registro de antecedentes criminais;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;
- f) Comprovar de preenchimento dos requisitos mínimos para o cargo;
- g) Apresentar aptidão, sem qualquer restrição, no exame médico admissional;
- h) Não exercer outro cargo, função ou emprego na Administração Federal, Estadual/Distrital e/ou Municipal, salvo os acumuláveis previstos na Constituição Federal/88;
- i) Não ter sido punido com nenhuma falta grave passível de demissão em cargo ou emprego ocupado anteriormente no serviço público nas esferas Federal, Estadual/Distrital e Municipal;

11.3 - São condições adicionais para contratação:

- a)** Ter sido classificado em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado;
- b)** Apresentar documentação completa, conforme relação expedida pela Secretaria de Recursos Humanos.



11.4 - O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - pela extinção ou conclusão do serviço excepcional e temporário que justificou a contratação temporária de mão de obra especializada;

IV - por iniciativa do contratante, verificada a ineficiência do contratado.

11.5 - A extinção do contrato no caso do inciso II deverá ser comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Recursos deverão ser dirigidos por escrito à Comissão do Processo Seletivo, entregues sob protocolo pelo candidato, devidamente fundamentado, constando o nome do candidato, endereço para correspondência e telefone.

12.2 - O prazo para interposição de recurso para a Análise Curricular e Prova Escrita é de 2 (dois) dias após divulgação do resultado e para a entrevista de 2 (dois) dias após a divulgação do resultado final.



12.3 - Admitido o recurso, caberá ao Procurador-Geral de Justiça a reforma ou manutenção do ato impugnado.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo Simplificado contidas neste Edital.

13.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (www.mp.ms.gov.br) e no Diário Oficial do Ministério Público as etapas do Processo Seletivo Simplificado.

13.3 - O candidato poderá obter informações referentes ao Processo Seletivo Simplificado na Procuradoria-Geral de Justiça, no horário de expediente administrativo.

13.4 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

13.5 - Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no site do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (www.mp.ms.gov.br) e no Diário Oficial do Ministério Público.

13.6 - Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - DESCRIÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO CARGO/FUNÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II - CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO

ANEXO III - CONTEÚDOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA

Campo Grande, 21 de janeiro de 2013.

JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO

Procurador-Geral de Justiça em Exercício



**ANEXO I - DESCRIÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES
REFERENTES AO CARGO DE TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Cargo	Técnico em informática
Nº de Vagas	13 (treze) vagas
Carga Horária	40 (quarenta) horas semanais
Remuneração (valores brutos)	R\$ 2.900,00
Requisitos mínimos e cumulativos para candidatura	<ul style="list-style-type: none">- Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau), ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio técnico (antigo segundo grau profissionalizante), expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; e- Certificado de conclusão de curso nas áreas de linguagem de programação PHP ou Java, bancos de dados relacional (PostgreSQL), programação orientada a objetos e linguagem procedural SQL;



ANEXO II - CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO

FASES DE EXECUÇÃO	DATA
Período de Inscrição (Currículo)	28/01/2013 a 08/02/2013
1ª Fase: Análise Curricular	14/02/2013 a 18/02/2013
Divulgação do Resultado 1ª Fase e Convocação para 2ª Fase	19/02/2013
2ª Fase: Prova Escrita	25/02/2013
Divulgação do Resultado 2ª Fase e Convocação para 3ª Fase	28/02/2013
3ª Fase: Entrevista	04/03/2013 e 05/03/2013
Divulgação do Resultado Final 3ª Fase	06/03/2013



ANEXO III - CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA DE INFORMÁTICA

Conceitos de Internet e Intranet. Fundamentos de computação. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (hardware e software). Sistemas de entrada, saída e armazenamento. Sistemas operacionais. Desenvolvimento de sistemas. Algoritmos e estruturas de dados e objetos. Programação orientada a objetos. Bancos de dados. Organização de arquivos e métodos de acesso. Modelo de dados. Sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD). Linguagens de definição e manipulação de dados. Linguagens de consulta SQL. Linguagem de programação PHP e Java. Tipos de dados elementares e estruturados. Estruturas de controle de fluxo.



FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO STI/MPMS/2013

DADOS PESSOAIS		
Nome:		
Nascimento: ____/____/____	RG:	CPF:
Estado civil:	Naturalidade:	Telefone:
ENDEREÇO		
Rua:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP	e-mail:	
DADOS ADICIONAIS PARA INSCRIÇÃO		
Pessoa com deficiência? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
Caso positivo, especificar a deficiência:		
* Necessário anexar Laudo Médico conforme item 4.4 do Edital de Processo Seletivo		
Deseja concorrer ao programa de reserva de vagas para negros e índios?		
<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim, declaro que sou negro <input type="checkbox"/> sim, declaro que sou índio		

(____) Declaro que segue em anexo um “*curriculum vitae*” instruído com comprovantes dos títulos e experiências declaradas no documento, para fins de análise curricular; declaro ainda que estou ciente de que os títulos e experiências que não tenham sido comprovados por documento hábil, serão desconsiderados na análise curricular.

(____) Declaro que li integralmente e concordo com os termos do edital de processo seletivo ao qual estou me submetendo mediante envio desta Ficha de Inscrição.

(____) Declaro serem verdadeiras as informações que subscrevo nesta Ficha de Inscrição, que poderão ser auditadas a qualquer tempo pela Comissão de Processo Seletivo, sob pena de ter minha inscrição excluída do certame e responder a processo nos termos da Lei.

Local e data:

_____, _____, de _____ de 2013.

Assinatura do candidato